

ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA, REALIZADA DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2005

Aos vinte dias do mês de dezembro de dois mil e cinco, às 9:30 horas, na sala Júlio Mesquita do Novotel Jaraguá São Paulo Conventions, à Rua Martins Fontes, nº 71, 3º andar, nesta Capital, realizou-se a 7ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Política Urbana –CMPU, sob a presidência do Dr. Francisco Vidal Luna, Secretário Municipal de Planejamento e Presidente do CMPU, contando com a presença dos membros relacionados no final desta ata. Foram discutidos os itens constantes da pauta, com os respectivos encaminhamentos e resoluções:

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Gostaria de agradecer a presença aqui do secretário Orlando Almeida da Habitação, que nos ajuda na condução dessa comissão e noutros assuntos relativo a área de Habitação, área de construção em geral, habitação, especialista na área e que fortalece muito a ação da Prefeitura.

Eu queria também agradecer a presença de todos. Alguns dos senhores já tem participado dessa reunião, outros são novos. E um dos atos dessa reunião é dar posse aos novos membros. Alguns dos membros foram indicados pela comunidade, há uma série de membros indicados e outros membros foram, pela lei que criou esse conselho, a representação da sociedade que o próprio Executivo seleciona entre um conjunto de entidades ligadas a um determinado setor, ao setor da construção, ao setor ligado a serviços, uma série de áreas que, na verdade, têm representantes. Além dos representantes eleitos pela comunidade.

Então em primeiro lugar eu queria dar posse a todos os membros e colocar que eu tenho a impressão que este ano nós poderemos ter uma relação bastante profícua de relacionamento com esta comissão.

No ano de 2006 há previsão de modificação na lei de zoneamento e no Plano Diretor. Nós gostaríamos de poder contar com a colaboração dos senhores, quer dizer, nas mudanças em leis e que envolvam o uso e ocupação do solo, o Plano Diretor e a lei de zoneamento, nós teremos que discutir com este plenário e também com a CTLU.

No caso deste plenário eu gostaria inclusive de sugerir que nós constituíssemos um grupo de trabalho, uma comissão, talvez composta por dez membros, alguma coisa assim que seja operacional, que pudesse acompanhar, no dia a dia, o andamento dos estudos que se fazem em relação à modificação da lei do zoneamento.

Nós temos duas comissões. Uma comissão, na verdade, tem vários temas que estão sendo tratados. Tem uma comissão constituída na SEMPLA com representantes do próprio Poder Executivo, de várias Secretarias e das Subprefeituras, e valeria a pena que nós constituíssemos aqui uma comissão também relacionada com a outra já existente que pudesse acompanhar, dar sugestões, e fazer a ponte inclusive com esta comissão. A Nilza, da Secretaria do Planejamento, é a coordenadora desta comissão na Secretaria de Planejamento, da comissão já existente. Ela poderia também coordenar esta comissão de membros da CMPU no acompanhamento das modificações da lei de zoneamento. Eu vou solicitar que as pessoas que desejarem participar dessa comissão, se manifestem. Eu tenho a impressão que o ideal é ter umas dez pessoas, uma comissão maior do que isto vai ficar um grupo muito grande. Mas um grupo de umas dez pessoas seria uma coisa adequada. Quem tiver condições de acompanhar seria um apoio importante para nós.

Bom, nós temos uma ordem do dia, eu queria colocar um tema adicional na ordem do dia. São as representações de membros na Câmara Técnica de Legislação Urbanística, a CTLU. Eu também gostaria, agora que nós iniciamos os trabalhos, de sugerir três datas que nós pudéssemos nos reunir no primeiro semestre. Neste primeiro ano de 2005 nós fizéssemos só uma reunião, depois nós tivemos uma dificuldade muito grande para compor esta comissão; os novos membros eleitos, a eleição foi julho/agosto, mas depois nos tivemos muita dificuldade de receber as respostas das entidades que deveriam ser representadas aqui, principalmente das entidades ligadas ao meio ambiente.

Nós mandamos cartas a várias das entidades, várias responderam, algumas não responderam, outras responderam, disseram que não tinham estrutura para participar deste conselho. Então nós demoramos dois ou três meses para conseguir uma representação das entidades ligadas ao meio ambiente. Das demais não, das demais responderam prontamente, não houve problema, mas das entidades ligadas ao meio ambiente, de alguma forma atrasou o processo de construção da comissão por muito tempo. Conseguimos depois, nós tentamos uma série de entidades que estavam cadastradas e conversamos com o Secretário do Verde e do Meio Ambiente também. Nos sugeri alguns nomes e, por fim, nós conseguimos uma representação. Foi o que demorou basicamente a constituição e a inauguração deste novo conjunto, desses novos membros da comissão.

Eu vou sugerir três datas já com bastante tempo, a cada dois meses, eu estou imaginando que nós pudéssemos fazer, a cada dois meses, uma reunião, principalmente neste primeiro semestre, período onde nós estaríamos discutindo a lei de zoneamento. A nossa intenção na SEMPLA é que nós pudéssemos preparar as modificações durante o primeiro semestre e encaminhar o Projeto de Lei à Câmara em torno de meados do ano, para que a Câmara tivesse este Projeto de Lei no segundo semestre para deliberar a respeito do tema, que nós sabemos que é um tema muito complexo.

Provavelmente a idéia é que nós, como fizemos no primeiro semestre com as Garagens, nós mandamos um Projeto de Lei específico e conseguimos resolver o problema das Garagens, que havia sido vetado pela administração passada. A nossa idéia é que, ao longo do ano que vem, se preparem pequenos projetos, Projetos de Lei específicos sejam encaminhados para Câmara para resolver problemas específicos.

Nós já temos um que foi aprovado na CTLU que nós estamos aqui discutindo, isso já tinha sido apresentado antes. Já tinha sido deixado aqui com os senhores, já foi aprovado. Nós tínhamos encaminhado a CTLU, a este conselho. A CTLU já aprovou e nós queremos ver se hoje nós temos também uma aprovação por parte dos senhores que seria uma região da Vila Mariana sem o zoneamento. Então nossa idéia seria que nós fizéssemos um Projeto de Lei específico para tratar desse tema.

Então nós também temos um outro Projeto de Lei, esse é para iniciar a discussão hoje com os senhores, não é para aprovar nesse momento. Nós podemos depois ter uma definição na próxima reunião de fevereiro, isso também nós não aprovamos ainda na CTLU, foi encaminhado para lá, mas não foi ainda aprovado. Não foi discutido, seria uma modificação no que diz respeito aos usos possíveis nas vias locais. Existe uma restrição de área construída de 250 metros e que limita sobremaneira qualquer tipo de edificação, uso nessas áreas. Havia antes uma relação entre a largura da via, como ainda existe na lei, mas foi colocada essa restrição adicional, que ela tem dificultado demais o funcionamento de qualquer tipo de uso, uma escola, uma creche, um supermercado, então ele tem sido um empecilho. A nossa idéia é eventualmente eliminar simplesmente esta relação entre o uso da via nesses casos e a área construída, e deixar simplesmente para o viário. É uma sugestão que hoje seria basicamente discutida e na próxima reunião nós tirarmos os subsídios. A nossa idéia é trazer temas específicos, que nós pudéssemos, de alguma forma, solucionar os

problemas que nós estamos entendendo como os mais prementes na lei de zoneamento. Como a modificação da lei só ocorrerá provavelmente no final de 2006, a nossa idéia é que algumas questões desse tipo possam, de alguma forma, serem resolvidas, se os senhores tiverem outros temas específicos desse tipo que pudessem ser tratados através de um Projeto de Lei, estamos à disposição para discutir aqui nesse plenário, depois caso a caso, sem problema nenhum. Quer dizer, a nossa idéia é tentando ir resolvendo problemas. Sabemos, por exemplo, que na parte de buracos negros do zoneamento, nós temos dezenas pela cidade. Eu tenho a impressão que podemos eventualmente depois, tratar um conjunto deles.

A nossa idéia é primeiro tratar da Vila Mariana, aquela região perto do Ibirapuera que são 120 quarteirões sem zoneamento. É interessante que até hoje temos muitos casos na Prefeitura, mas para nossa surpresa não tem havido um grande conflito em relação a isso, porque uma área tão grande sem o zoneamento previsto impede qualquer tipo de ação em relação a edificações, mudar uso, construir, qualquer tipo de uso, na verdade, fica complexo. E nós temos recebido demandas na SEMPLA e na Secretaria da Habitação, de outras áreas que são também buracos negros. Outro dia nós identificamos na conversa com o secretário Orlando, no final da Avenida Paulista, quando ela encontra a Rebouças e a Consolação, onde existe uma torre, uma antena, lá também é um buraco negro, então a praça é que não se sabe o que é. Quer dizer, como esses, existem dezenas espalhados pela cidade. Alguns vão criar mais ou menos problemas, e se nós pudéssemos resolver casos desse tipo, seria o ideal.

Eu queria primeiro, antes de entrar na ordem do dia, então, discutir o P.L. da Vila Mariana. Eu gostaria de sugerir a representação na CTLU, ela passa por aqui. A lei diz ouvir o Conselho Municipal de Política Urbana. Outra vez nós até ficamos discutindo o que significa isso. A nossa sugestão como eu havia discutido na primeira reunião que nós fizemos, houve uma demanda de modificações de alguns membros da CTLU por parte deste plenário, e eu sugeri que depois que houvesse a renovação deste plenário, eu colocaria em discussão exatamente essa modificação da representação na CTLU. Havia demanda em relação a duas situações, uma é a representação das entidades, organizações não governamentais ligados a movimentos de habitação, urbanista, e outro é da universidade. No caso da representação, no caso da universidade, nós temos a representação da Uninove, que é uma representação estranha, na medida que existe, talvez com maior representatividade na cidade a Universidade de São Paulo, com seu curso de arquitetura e a Universidade Mackenzie, também com seu curso de arquitetura que estão aqui representados. E eu gostaria nesse caso de sugerir a modificação da Uninove, que inclusive não tem participado das reuniões, esse é um caso de ausência freqüente das reuniões, o comparecimento tem sido muito reduzido por parte do representante da Universidade, e eu gostaria de sugerir a modificação por uma representação da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Arquitetura. Nós temos dois, o titular e o suplente. Eu gostaria de sugerir a Universidade de São Paulo como titular, talvez no próximo ano nós mudássemos, e o Mackenzie como suplente. Essas duas representações no lugar substituindo a Uninove. Pois não?

SENHORA FALANDO SEM MICROFONE

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Mas aí é uma coisa da lei. Então a representação da CTLU é uma lei. Aí nós teríamos que mudar. O que nós estamos tratando é aquilo que a lei contempla e o que nós podemos, temos o direito de fazer modificações, ouvir desse conselho. É esse tipo de demanda. Nós podemos levar em conta, mas nós teríamos que fazer uma modificação na própria lei que criou a CTLU. Então isso é uma coisa mais complexa.

Uma outra modificação que eu gostaria de sugerir é a substituição da ONG São Paulo Minha Cidade pelo Defenda São Paulo e pela POLIS, que está aqui também

representado. Então um seria o titular e outro suplente, em substituição a ONG São Paulo Minha Cidade que também por acaso, além de ter sido discutido na última reunião, a representação também não tem comparecido. Quer dizer, são duas representações, a da universidade e da ONG São Paulo Minha Cidade que tem sido muito pouco freqüente às reuniões da CTLU.

No caso da CTLU, é um comitê que se reúne todo mês, é extremamente importante na tomada de decisões e torna-se... É um óbice no funcionamento dos trabalhos, que as suas representações não compareçam. Quer dizer, além da questão da representatividade, é muito importante que os membros que estão lá indicados compareçam, e essas duas entidades de fato são duas entidades, eu diria realmente omissas, não as entidades, pelo menos os seus representantes no conselho são omissos. Então eu queria colocar isso em deliberação com os senhores, se existe alguma objeção, existe alguma mudança, existe alguma sugestão, queria colocar isso para os senhores. Alguém quer se manifestar a respeito?

VALTER DE ALMEIDA COSTA

Meu nome é Valter de Almeida Costa, eu sou um conselheiro eleito pela Macro-Leste 2, queria em relação a proposta, colocar nossa posição de que são ótimas sugestões, são movimentos que expressam a luta pela urbanização e melhoria da qualidade de vida da cidade de São Paulo. Mas apresento, não para esse momento, mas para consideração desse plenário, talvez uma próxima substituição que pensem na entidade na qual eu atualmente presido, que é o Fórum pelo Desenvolvimento da Zona Leste que, desde 99 tem lutado para que a gente tenha nesse canto da cidade, que é a zona leste, a melhoria que a gente já verifica em algumas outras partes da cidade. É um Fórum que no ano passado realizou seis encontros para discutir Planos Diretores regionais. Nós temos acompanhado com atenção como as demandas da zona leste são atendidas por todas administrações de forma que o Fórum pelo Desenvolvimento da Zona Leste, ele ficaria muito honrado de fazer parte deste conselho. Estou aqui como cidadão eleito, mas a entidade gostaria de ter essa representação nesse coletivo. Muito Obrigado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Alguém quer fazer alguma outra manifestação?

Pois não, por favor.

ÂNGELA MARIA CALÁBRIA

Bom dia, eu sou Ângela Maria Calábria, da Leste 1, e participo também do Fórum Urbanístico da Penha. Eu acho que a gente poderia pensar também, está no próprio Plano Diretor, que todas as Subprefeituras deveriam ter formado os seus Fóruns Urbanísticos. A Penha foi à única que formou, e nós estamos assim, embora com pouca gente técnica, que seria o ideal ter muitos técnicos em urbanismo principalmente. Acho que poderia estas Subprefeituras, formarem os seus Fóruns Urbanísticos e um representante de cada um delas fazer parte da CTLU. E poderia citar também a LEASP, que é o nosso caso, que é o CREA da zona leste ou CREA em si mesmo. Obrigada.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Já existe a lei que criou a CTLU, ela tem uma série de normas de representação. A entidade ligada a construção, a entidade ligada ao comércio, a entidade ligada a indústria, a representação dos arquitetos, representações de ONGs, das universidades, são dez membros da sociedade civil, muito bem determinados a características deles, não existe a própria entidade, mas muito bem determinados a característica. E dez representantes do Governo. Então alguma modificação desse tipo, nós teríamos que

fazer uma modificação da CTLU. Não me parece que a CTLU deveria ter mais membros do que ela possui hoje. Eu acredito que ela tem que ser um órgão operacional, então eu tenho a impressão que ela não se tornaria um órgão operacional com mais de vinte membros, que ela tem hoje. Agora isso pode ser discutido, seria de qualquer forma um Projeto de Lei, não seria uma decisão para nós. O que nós estamos fazendo aqui é basicamente uma coisa que nós temos poder, que é sugerir aqui modificação da representação, atendidos aqueles quesitos, por exemplo, fala em universidade que esteja voltada para curso de arquitetura em São Paulo. Nesse caso, por exemplo, nós poderíamos selecionar várias das universidades e nós estamos selecionando essas duas. Outras são ONGs voltadas para questão do desenvolvimento urbano da cidade. Então nós temos pouca área de manobra em relação a isso, ou modificar a lei. Então agora eu gostaria de limitar a discussão, é claro, o plenário está aberto. Eu gostaria de primeiro focar nessa questão, se esta minha sugestão de modificação dessa representação existe óbice em relação a isso. E estamos aberto para ir discutindo inclusive modificações da legislação em relação a CTLU. Por favor.

MANIFESTANTE NÃO IDENTIFICADA

Eu gostaria de dizer que a escolha do Movimento Defenda São Paulo para fazer parte da CTLU é uma decisão louvável, porque o Defenda São Paulo há muitos anos vem batalhando para resolver os problemas de São Paulo, e tem feitos decisões importantes nesse ramo.

GERSON GOMEZ

Gerson Gomez, arquiteto e conselheiro eleito pela macro-região Sul 1. Especificamente sobre o assunto, existe alguma regra de presença onde possa eliminar ou trocar as entidades?

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Na CTLU existe a falta de... A falta por três vezes, o representante deveria ser comunicado ou avisado. Não existe uma regra automática. O executivo tem o poder de modificação, de sugerir e modificar. De qualquer forma, o que eu tenho a impressão que nós estaríamos aqui fazendo, uma renovação salutar. Quer dizer, essa representação que está hoje, que eu estou substituindo, são representantes que vem já desde a gestão anterior, e nós estamos fazendo a mudança pela primeira vez. Eu deixei de fazer a mudança no início do ano até porque o fórum aqui estava também sendo modificado. Então este fórum hoje é um fórum novo, ele tem mais representatividade. Eu gostaria de fazer essa sugestão. A minha idéia é que ele perdure estas representações por um ano ou dois, depois nós renovamos isso. Agora se faltam por três vezes, nós podemos comunicar. O ideal seria que na verdade eventualmente a entidade mudasse o representante. Mas nós não podemos automaticamente fazer isso. Deveria ser ouvidos este fórum e fazer um decreto por parte do prefeito. O prefeito é quem indica efetivamente, ouvido este fórum. Bom, se não houver objeções... Tem alguma coisa a falar? Por favor.

MANIFESTANTE NÃO IDENTIFICADO

Não é objeção não. Por ventura sendo acatada esta sugestão do senhor, quanto as entidades que seriam substituídas, quem seria o titular, quem seria o suplente?

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu gostaria até de deixar, talvez a flexibilidade aqui. Ou votar aqui, ou colocar já. Quer dizer, então, por exemplo, se fossem, as universidades, minha sugestão é USP como titular e Mackenzie suplente, ou vise-versa, se o plenário tiver alguma modificação a fazer. E o Defenda São Paulo como titular e o POLIS como suplente, ou uma

modificação que seja sugerida pelo plenário. As minhas sugestões são essas duas ordens, se houver alguma sugestão diferente, eu não tenho objeção nenhuma. Então em votação esta sugestão. Aprovado por unanimidade. Muito Obrigado. Bom, então nós vamos entrar agora. Bom, nós estamos distribuindo a ata da última reunião, como nós estamos distribuindo agora, eu preferia que os senhores tivessem tempo de ler, na próxima reunião nós podemos aprovar ou discutir. Acho que até fica melhor. Uma boa parte dos senhores nem participou da reunião anterior, talvez ela fique um pouco prejudicada.

GUILHERME FRONTINI

Bom dia a todos, meu nome é Guilherme Frontini. Eu sou eleito pela macro-região Sul 2. Eu creio, senhor presidente, que até submeter a plenária as decisões, anteriormente deve ser empossado o conselho, para que estes conselheiros que estejam votando tenham legitimidade no seu voto.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Então, eles já estão empossados. Estou considerando empossado.

GUILHERME FRONTINI

Eu acho que a apresentação dos conselheiros seria fundamental para o grupo. Saber quem é quem. E solenemente fazendo a posse, formalizando a ata para que eles tenham legitimidade em seu voto. Obrigado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Bom, do ponto de vista, eu tenho a impressão que da parte da legitimidade, quer dizer, a posse foi coletiva, não tem problema, mas vou aquiescer a sugestão sem problema. Fica mais simples. Eu agradeço a sua sugestão.

Só voltando a questão da ata, como na verdade ela está sendo distribuída agora, nós discutiremos a ata na próxima reunião. Então, vou pedir para que cada um dos senhores aqui à esquerda que se apresentasse, o nome, por favor, e a entidade que representa.

ANTONIO LUIZ POLVERINI

Bom dia a todos. Bom dia senhores secretários, Ortega. Eu sou Antonio Luiz Polverini, vice-presidente da APEOP – Associação Paulista de Empresários de Obras Públicas.

EDSOM ORTEGA MARQUES

Bom dia a todos e a todas. Sou Edsom Ortega. Sou presidente da COHAB.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

Bom dia a todos. Eu sou Nilza Maria Toledo Antenor. Sou representante da SEMPLA.

HUSSAIN AREF SAAB

Bom dia a todos. Meu nome é Aref. Sou diretor de APROV de SEHAB.

GERSON GOMEZ

Gerson Gomez, arquiteto. Eu fui eleito para representar a macro-região Sul 1. Sou ex-presidente da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Ipiranga e da Distrital Ipiranga, Associação Comercial.

GUILHERME FRONTINI

Guilherme Frontini, advogado. Sou membro da Câmara de Política Urbana da Associação Comercial, vice-presidente da Associação Comercial de São Paulo e Distrital de Santo Amaro. Obrigado.

CARLOS GONÇALVES FERNANDES

Bom dia a todos. Carlos Gonçalves Fernandes. Sou empresário da construção civil, eleito pela região Norte 1.

ISSAMU TAKAYAMA

Bom dia a todos. Meu nome é Issamu Takayama. Conselheiro da Associação Comercial Distrital Pirituba, gestor do hospital geral de Itaipas.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

Muito bom dia. Sou Lucila Lacrete, arquiteta urbanista. Arquiteta concursada da Prefeitura, aposentada, e milito há muitos anos em entidades de bairro. Eu fui eleita para representar a macro-região Oeste.

BEATRIZ COSTA TSUKAMOTO

Bom dia. Eu sou Beatriz Costa Tsukamoto, representante das Associações de Bairros de São Paulo.

LUIS CARLOS COSTA

Bom dia, eu sou Luis Carlos Costa, ex-professor da FAU. Estou representando, como suplente do professor Cândido, o Movimento Defesa São Paulo.

PEDRO ERNESTO FRANCISCO PY

Pedro Ernesto Francisco Py, engenheiro civil. Sou suplente da Dona Beatriz das Comunidades e das Associações de Bairro.

PAULO DE ALMEIDA

Bom dia. Sou Paulo de Almeida, engenheiro. Representante indicado da macro-região Norte 1, funcionário público de carreira há 34 anos.

MARIA AUGUSTA FERREIRA ANTUNES

Maria Augusta Antunes, Secretaria do Verde e do Meio Ambiente.

JOÃO ANTONIO DEL NERO

Bom dia, eu sou João Antonio Del Nero, sou engenheiro, ex-professor da Politécnic e presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Projeto de Engenharia e Arquitetura.

VERA LUCIA LAUZE MERINGOLO

Bom dia, eu sou Vera Lauze Meringolo, arquiteta representante da EMURB.

MARCO AURÉLIO NICOLAU COSTA

Bom dia, meu nome é Marco Aurélio Costa. Eu sou presidente da EMURB.

DOMINGOS THEODORO DE AZEVEDO NETTO

Bom dia a todos. Sou Domingos Theodoro de Azevedo Netto, e suplente da SEMPLA.

IZALTINO AUGUSTO DO NASCIMENTO

Bom dia a todos os senhores. Meu nome é Izaltino Augusto do Nascimento, e sou da macro-região Leste 2 indicado.

CLAUDIO

Bom dia, eu sou Cláudio da EMURB, da área de Meio Ambiente.

HARMI

Vamos apresentar aqui o Rodrigo, a Bianca. Meu nome é Harmi, geóloga de EMURB e estamos na categoria de convidados para essa reunião.

TEREZA ESPÓSITO FERREIRA DE SOUZA

Bom dia a todos, meu nome é Tereza Espósito, sou arquiteta da Prefeitura e representante da macro-região Centro.

JOSÉ ROBERTO MAIO POMPEU

Bom dia a todos, meu nome é José Roberto Maio Pompeu. Sou superintendente da Associação Comercial de São Paulo, distrital de Pirituba. Estou aqui também na qualidade de convidado.

MAURO SALERNO

Bom dia a todos. Meu nome é Mauro Salerno, eu sou engenheiro civil. Eu sou da macro-região norte e coordenador do CPDU em Pirituba. Obrigado.

JOSÉ AUGUSTO DARCIE

Bom dia a todos, meu nome é José Augusto. Sou engenheiro civil, chefe de gabinete da Subprefeitura de Pirituba e indicado na macro-região Norte 2.

REINALDO MARTINEZ RUIZ

Bom dia a todos. Eu sou Reinaldo Martinez Ruiz. Sou engenheiro civil, fui reeleito como conselheiro pela região Leste 1. Eu sou diretor da Associação Leste de Engenheiros e Arquitetos da cidade de São Paulo, atual coordenador do Fórum Urbanístico da Penha e conselheiro da Associação Viva Penha.

LUIZ LIMA

Bom dia a todos, meu nome é Luiz Lima. Eu fui eleito pela macro-região Leste 1.

ANDREIA CARVALHO ESTRELLA

Bom dia a todos e a todas. Eu sou Andreia Estrella, assistente social do Instituto Paulo Freire e represento a área ambiental da Entidade Ambiental.

JOSÉ GERALDO MARTINS DE OLIVEIRA

Bom dia, eu sou José Geraldo Martins de Oliveira. Eu sou arquiteto da Prefeitura na SEMPLA, não integro o conselho. Eu vim para fazer uma apresentação a respeito das Operações Urbanas Consorciadas.

CLEMENTINA DE AMBROSIS

Clementina de Ambrosis da SEMPLA. Arquiteta.

CARLOS MITSURU HABE

Bom dia, meu nome é Carlos Habe. Sou engenheiro civil da região macro-Sul 2. Trabalho na Prefeitura na Capela do Socorro.

EDGAR DIAS

Bom dia. Edgar Dias, engenheiro da Capela do Socorro.

LUIZ CESAR BETTARELLO DE ALMEIDA CAMPOS

Bom dia, meu nome é Luiz Cesar Bettarello de Almeida Campos. Sou arquiteto municipal aposentado, e atualmente como assessor técnico eu represento a Secretaria do Governo Municipal.

ROSILENE MARIA DE TOLEDO MARCIANO

Bom dia, meu nome é Rosilene Maria de Toledo Marciano, sou arquiteta, trabalho na Secretaria de Negócios Jurídicos e sou representante suplente da Secretaria.

NEWTON FIORI JUNIOR

Bom dia a todos. Newton Fiori, Secretaria das Subprefeituras.

SIBYLLE BLOHM

Bom dia, eu sou Sibylle Blohm. Sou arquiteta. Sou coordenadora de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da subprefeitura da Lapa e estou aqui indicada como representante da macro-região Oeste.

CLARA PRATA

Bom dia, meu nome é Clara Prata. Sou arquiteta da subprefeitura da Lapa. Estou aqui na qualidade de convidada.

JOSÉ ANTONIO DOCAMPO

Bom dia, eu sou representante da Secretaria de Finanças, José Antonio Docampo.

LUIZ BLOCH

Bom dia, meu nome é Luiz Bloch. Eu sou secretário executivo da Câmara Técnica de Legislação Urbanística na Prefeitura.

ARQUITETO DA ASBEA

Bom dia. Sou arquiteto aqui junto ao companheiro da ASBEA.

JOSÉ EDUARDO TIBIRIÇÁ

José Eduardo Tibiriçá, arquiteto. Represento a Associação Brasileira dos Escritórios de Arquitetura, a ASBEA, e sou vice-presidente nacional de arquitetura do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Construtiva.

MARTA DORA GROSTEIN

Eu sou Marta Dora Grostein, arquiteta, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e represento a universidade.

EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

Bom dia, meu nome é Eduardo Nobre. Eu sou suplente da Mirthes Ivany Soares Baffi, que é minha diretora, e representante da Secretaria de Cultura.

EDSON GONÇALVES PELAGALO OLIVEIRA SILVA

Bom dia, meu nome é Edson Silva, sou sociólogo e suplente da Macro Sul 1.

MORADOR 1 DA ÁREA VETADA DA VILA MARIANA

Bom dia, eu sou

MORADOR 2 DA ÁREA VETADA DA VILA MARIANA

Bom dia, eu sou...

MORADOR 3 DA ÁREA VETADA DA VILA MARIANA

Bom dia, meu nome é José..., sou engenheiro civil, morador de Moema e acompanho o processo de aprovação desse plano, porque tenho interesse ... para essa reunião.

SÉRGIO SAAD

Obrigado ao secretário André Luís Gonçalves Pina pelo gentil convite. Bom dia a todos, meu nome é Sérgio Saad. Sou empresário, morador e presidente da SOJAL, Sociedade dos Amigos do Jardim Lusitânia.

MARCELO IOK

Bom dia, meu nome é Marcelo Iok, eu represento o Consórcio Intermunicipal do Grande ABC. Estou na condição de convidado aqui. Muito Obrigado.

SÉRGIO RUBENS G. RODRIGUES

Bom dia, Sérgio Rodrigues, assessor do gabinete da Secretaria Municipal de Transportes.

VALTER DE ALMEIDA COSTA

Já tive a oportunidade de me apresentar, Valter. Sou representante eleito da macro Leste 2 e sou supervisor de ensino da rede municipal.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Então eu queria sugerir três datas para os senhores. 21 de fevereiro. Eu estou tentando marcar a cada dois meses, evitando feriados. **21 de fevereiro, 25 de abril e 21 de junho.** Então seriam essas três reuniões já para o primeiro semestre.

Vamos então com o P.L. relativo ao veto da região da Vila Mariana. Quem vai apresentar, por favor? A Nilza vai fazer a apresentação.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

O Projeto de Lei foi preparado pelo Departamento de Urbanismo, do qual eu sou a diretora, e nós estamos hoje trazendo-o, dado que já foi apresentado na Câmara Técnica de Legislação Urbanística.

Esse projeto continha, na realidade, várias zonas da subprefeitura de Vila Mariana e principalmente a zona mista ZM3a, que é uma zona de alta densidade. Continha várias quadras, inclusive algumas exclusivamente residenciais.

Anteriormente, o zoneamento tinha nessa área uma grande faixa branca que era zona Z2, zona predominantemente residencial, praticamente zona mista, com coeficiente de aproveitamento igual a uma vez, permitindo para conjuntos residenciais duas vezes a área do terreno. E exatamente esta área foi atingida. E a zona Z1-18, parte dela também foi alterada o zoneamento para zona mista.

Esta foi a proposta da lei que então continha uma zona mista em toda esta região, inclusive incorporando quadras da zona exclusivamente residencial, transformada em zona mista, contida no perímetro da Operação Urbana Faria Lima. Então nós tínhamos aí as zonas ZM3a-02 e 03 com coeficiente máximo de aproveitamento, que é o número pelo qual se multiplica a área do terreno, 2 e a taxa de ocupação 50%, sem limite de gabarito. Isto é o que foi definido para toda essa zona. E junto a área da Avenida Santo Amaro foi definida uma zona de centralidade. Só que essa zona de centralidade permite vários usos e estava contida também na área da Operação Urbana Faria Lima.

Então a razão do veto foi que a proposta incluía duas quadras da zona exclusivamente residencial e transformava a zona Z2 em zona de centralidade dentro da Faria Lima, o que modificava realmente, a tabela de alteração de uso da operação. Razão pelo qual foi feito o veto. E como isto tudo estava num conjunto de 120 quadras, todas as demais quadras foram prejudicadas por esse veto. E nós temos aí cerca de 76 processos que estão na SEMPLA, como regularização de edificação, licença de funcionamento, licença de anúncios e alvará de aprovação e reforma. São esses o conjunto que nós temos de processos para essa região. E o que nós então estamos propondo é voltar as áreas do Jardim Lusitânia, especialmente essas quadras, para zona exclusivamente residencial. As que estão fora do perímetro; a Operação Urbana, este perímetro, eu peço desculpa, mas não tem como mostrar. Seria este perímetro o da Operação Urbana. Então, as demais quadras do Jardim Lusitânia que estão na República do Líbano permanecerão como zona mista, porque foi o interesse da população, inclusive apresentando abaixo-assinado. E que foi realmente entendido como pertinente pelo projeto. E foi parte até das oficinas e assembléias realizadas com a participação da população. E voltamos então, a incluir a área da operação, junto a Av. Santo Amaro, como zona mista também, e neste caso ela será zona mista, passa a ter um novo perímetro que é o 14, com taxa de ocupação 0,5 e coeficiente dois. E a ZER1-07 para aquelas quadrinhas que foram retiradas. Assim nós resolvemos o problema da Operação Urbana Faria Lima que mantém a sua tabela e não exclui as demais. Todas as outras que tinham sido objeto de avaliação por parte do conselho foram incorporadas nessa nova proposta. Então esta é a idéia que nós estamos colocando. Todas as outras quadras permanecem como zona mista de alta densidade, com coeficiente dois e sem limite de gabarito. Esta é a apresentação que nós tínhamos a fazer para este projeto.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Alguém tem alguma manifestação a fazer? Por favor.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

Meu nome é Lucila Lacrete. Eu sou representante eleita da macrozona Oeste. Eu gostaria, por favor, que se ligasse o mapa, que eu acho mais fácil para todos entenderem os nossos pontos de vista. Gostaria também de dizer que para chegarmos a conclusão que chegamos, nós estudamos, nós retroagimos no tempo para conseguir entender quais foram as modificações propostas primeiro pelo Projeto de Lei 13885 que foi resultado da prefeitura, que foi vetado pela prefeitura e segundo essa nova proposta. Então voltando no tempo. Aquele último que você apresentou que tem operação urbana. Se puder aumentar, por favor. Até fevereiro desse ano, toda essa área cinza daqui, essa cinza mais claro era zona 2, que é uma zona mista cujo coeficiente 1 para todos os usos e 2 para usos residenciais, prédios de apartamento, desde que ocupasse 25% do lote. Então para uma ocupação pequena, você pode chegar a 2 vezes a área do terreno, somente para uso residencial e a proposta então que foi aprovada pela Câmara Municipal estabeleceu que este cinza claro, com exceção desse pedaço, passaria a ser uma zona de alta densidade, com coeficiente 2, tanto para usos residenciais multifamiliares, como comércio, serviços, institucional, industrial. Isso significa que Moema dobrará o coeficiente de aproveitamento, a sua área permitida para usos não residenciais. Então na realidade, haverá um adensamento de usos, conseqüentemente de trânsito nesta região cinza claro, que é uma região enorme. Por outro lado, na legislação anterior, como aqui era uma zona 2, ela servia de colchão, digamos assim, de amortecimento para todo esse miolo cujo coeficiente é 4. Então temos uma área muito densa aqui de um coeficiente 4, e este anel quase ele se fecha, ele servia de amortecimento para proteger a zona 1 aqui circundante. Então o projeto que foi aprovado pela Câmara Municipal, de certa forma,

retirou esta proteção daquela área de zona 1 e dobrou o coeficiente de aproveitamento de usos não residenciais. Por outro lado, neste pedaço pequeno da Operação Faria Lima, o coeficiente de aproveitamento foi estabelecido como sendo 2,5 vezes a área do terreno, tanto para usos residenciais, como não residenciais. Nós lemos quais foram as razões do veto da senhora prefeita, ela aponta esse exagerado aumento no coeficiente de aproveitamento e diz aqui, logo por contraposição ao interesse público, e ela explica que o interesse público foi infringida no momento em que os índices dentro da Operação Urbana Faria Lima foram aumentados, porque na hora de alguém entrar nessa operação ele pagaria menos do que anteriormente. Então aqui nós tínhamos uma zona 2, vou repetir de novo, parece redundante, mas é para ficar bem claro, com coeficiente 1 para comércio e serviço. Se essa região passou para 2,5 e essa região passou para 2, na hora de eu comprar ou pagar através de CEPACs um aumento de um provável coeficiente de aproveitamento até 4, como a lei aumentou os coeficientes, eu vou pagar menos CEPACs para as minhas operações urbanas, ou seja, a cidade de São Paulo vai arrecadar menos dinheiro através da Operação Urbana justamente para dotar de infra-estrutura necessária ocasionada por esse adensamento, objeto da Operação Urbana Faria Lima.

Na realidade o que nós tivemos, e infelizmente esse Projeto de Lei que agora discutimos, manteve exatamente os mesmos motivos do veto da prefeita que é uma camuflagem de modificação da Operação Urbana Faria Lima, onde serão arrecadados menos recursos, porque os coeficientes de aproveitamento são maiores. A proposta é essa. Um flagrante prejuízo da comunidade paulista que irá absorver os custos desse barateamento do coeficiente de aproveitamento desse local. Eu não sei se estou sendo clara, se alguém tiver dúvidas, por favor, pergunte. Por outro lado, dobrar o coeficiente de aproveitamento de comércio e serviço nesse anel envoltório, me parece uma temeridade tremenda, mesmo porque essa proposta, a outra proposta foi discutida, mas esta proposta nessa gestão não foi amplamente divulgada para comunidade e não foram apresentados, pelo menos até agora não foi apresentado qual é a capacidade real de suporte que esta região tem para absorver essa duplicação do coeficiente de aproveitamento de comércio e serviço, uso institucional, industrial.

Então nós entendemos que a razão do veto da senhora prefeita se mantêm, não houve nenhum progresso em que, apresentado pela Secretaria do Planejamento ao tratar essa área, a comunidade perde a oportunidade de discutir melhor o plano de bairro de Moema e adjacências. E nós perderemos receitas em relação ao barateamento dos índices, digamos assim, com a diminuição dos índices urbanísticos especialmente coeficiente de aproveitamento, também em relação a taxa de ocupação, isso vai ocorrer, pagar-se-á menos CEPACs para se pleitear um empreendimento dentro da Operação Urbana Faria Lima. Obrigada.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Só gostaria de colocar que essa proposta já não é da Secretaria de Planejamento, nós na Secretaria de Planejamento apresentamos uma proposta, ela foi amplamente debatida na CTLU, inclusive modificada na CTLU. Então hoje é uma proposta aprovada na CTLU, que vem aqui para ser discutida também nesse plenário.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

Eu gostaria de esclarecer uma questão bastante importante da fala da Lucila. Com a aprovação do Plano Diretor em 2002, realmente, o Plano Diretor estabeleceu três coeficientes para que a propriedade urbana cumpra sua função social. Então nós temos o coeficiente mínimo, básico e máximo. E este máximo só é atingido, desde 2002, mediante outorga onerosa. Então essa é uma questão muito importante que eu manifesto aqui para que todos os senhores tenham a certeza de que qualquer alteração que ocorra, seja para serviço ou comércio, ela terá que pagar de um para

dois, em termos de outorga onerosa. Com relação a proteção eventual que possa ter o uso exclusivamente residencial, a residência não vai pagar nada, porque ela já tem; é direito adquirido dois, ela tem um e mais um gratuito. Quer dizer, a oportunidade dos empresários e investidores continuarem mantendo o uso residencial vai se dar. O uso de serviço, institucional, seja qual for; porque nós dividimos a lei em residencial e não residencial, esse pagará outorga. A mesma coisa acontece aqui. Nós voltamos a exclusividade do uso, porque neste caso a tabela da operação urbana, para cada alteração de uso, também tem um pagamento em CEPACs. Então isto nós retornamos e este foi o objeto do veto. A prefeita realmente só vetou por estas duas quadras e interferiu em todo o resto. Porque toda concepção da nova lei de uso e ocupação do solo é de zona mista. É de permitir maior flexibilidade da implantação de todas as edificações. Ela faz uma mudança bastante grande nesse sentido. Nós tínhamos realmente restrições, em termos de recuos, para mudança de uso que hoje não temos. É mais simples a implantação de cada atividade, desde que seja permitida naquela zona. E as questões mudaram em termos conceituais. É em função da incomodidade de cada atividade, seja para residência, seja para atividades entre si. De maneira que a proposta aqui apresentada reproduz o interesse da comunidade local, que realmente deseja esse tipo de utilização. E não há uma perda para o município, porque realmente o município precisa ter também os recursos.

Outra questão que é importante é a do estoque. Não quer dizer que se atinja o máximo permitido, se o estoque não existir. Para cada local foi definido um estoque, por distrito. E na medida em que este estoque é utilizado, que é consumido, mesmo que haja um interesse, pode não estar sendo possível de ser executado, porque este estoque é em função da capacidade de infra-estrutura do local. De maneira que há regras que nós podemos controlar. E esta é uma parte que vamos rever agora. Será objeto da revisão de todo este trabalho que estamos fazendo. Era esta a questão que eu gostaria de esclarecer.

HUSSAIN AREF SAAB

Só complementado aí a explicação da Nilza, eu quero salientar que esse comentário de que na área da Operação Urbana criaria um prejuízo no honorário público está incorreto, porque dentro da Operação Urbana, o índice de aproveitamento sem outorga parte de 1. Então acima de um é paga mediante outorga, independente de qualquer uso dentro da operação urbana, tanto residencial quanto de comércio e serviço.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Vou dar a palavra primeiro para uma outra pessoa.

EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

Bom, eu sou o Eduardo Nobre da Secretaria de Cultura. Eu só queria fazer um questionamento, na medida em que vocês estão revendo essa área. Nós temos aí uma ZEPEC e nós temos duas resoluções de tombamento, uma do Jardim Lusitânia, outra do Parque do Ibirapuera. Eu queria saber se isso foi levado em consideração na revisão desse zoneamento. E com relação a essas duas quadras que passaram, voltaram a ter uso exclusivamente residencial. Já existem empreendimentos lá, e aí eu queria, é uma dúvida mais técnica, como é que vai fazer com relação à conformidade desses empreendimentos que já foram aprovados e já estão sendo construídos, provavelmente anteriores até a lei 13885.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

A lei da Operação Urbana já permite a alteração de uso. Nós temos, pelo estatuto da cidade, a outorga onerosa pelo direito adicional de construir e também pela modificação de uso. E em relação à Operação Urbana Faria Lima os CEPACs são

dimensionados e são, digamos assim, colocados o seu valor em função, ou do adicional de construção, ou da alteração de uso. De maneira que neste caso, por ser uma lei específica, ela tem regras próprias.

Quanto a ZEPEC, que é a zona de proteção do Parque do Ibirapuera, ela está contida e está mantida. Realmente é uma zona especial que também é observada toda vez que há um empreendimento, para que seja resguardada.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

Em relação à perda de arrecadação, nós fizemos um cálculo e realmente uma coisa é você pagar aumento de coeficiente de aproveitamento com CEPACs, outra coisa é você pagar outorga onerosa de coeficiente 1 para 2, de acordo com a fórmula que tem no Plano Diretor. Os valores são bastante diferentes, inclusive essa outorga onerosa de 1 para 2 que está no Plano Diretor, a fórmula de cálculo foi modificada na gestão passada algumas vezes e hoje esse valor pode se dizer que é pífio. Então esse negócio de pagamento de outorga onerosa que vai abastecer São Paulo de dinheiro para adotar infra-estrutura, não é verdade. Gostaria até que o Secretário do Planejamento, como economista que é, que levantasse esses valores e visse realmente quanto se arrecada através da outorga onerosa do Plano Diretor. O CEPAC é outra coisa. E haverá uma perda, na realidade, houve um grande desconto dentro da Operação Urbana Faria Lima. Então os usos que antes eram, tinham coeficiente 1 para chegar até 4, eles tinham que pagar 3 vezes. E agora vão ter que pagar 2 vezes só. Porque você já pode 2, os índices aumentaram, claro. Gente é só fazer simulação. Os números falarão por si só. Eu não vou discutir isso aqui, porque eu não tenho os cálculos.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu queria deixar, alguém tem alguma manifestação a fazer?

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

Só uma coisinha. A nossa proposta é o seguinte. Que ao invés de se dotar essa região de coeficiente 2, que se dotasse de coeficiente 1, fizesse uma zona mista 1, onde os usos, comércio, serviço, residencial, poderiam ser construídos da mesma forma e não gerarem tanto impacto como essa proposta. E cabe lembrar que sem CEPACs, a dívida da EMURB fica mais difícil de ser abatida.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Posso colocar só uma questão? Eu tenho a impressão que estamos aqui resolvendo uma questão específica de um buraco negro do zoneamento. Eu tenho a impressão que não estamos cuidando das finanças da Prefeitura, porque não é aqui que vamos resolver agora os problemas da Prefeitura. Nós recebemos a Prefeitura quebrada, e não vai ser através desses quarteirões que nós vamos resolver isso.

E como ela afirmou, de fato a arrecadação por outorga onerosa é muito pequena. Se imaginava que pudesse ser, foi alardeado como uma questão que seria uma fonte importante de recursos para a Prefeitura. Este ano ela é inferior a 100 milhões de reais, eu não sei quanto vai chegar. Se nós compararmos isso com uma arrecadação fiscal de mais de 10 bilhões, de fato é uma arrecadação pífia. A arrecadação nas regiões do CEPACs poderá ser melhor, mas também nós percebemos que hoje na Faria Lima não há mercado, e na Água Espraiada nós conseguimos vender 20 milhões com muito sacrifício. Então essa fonte de recursos é importante, não se pode abrir mão dela, mas não tem sido fonte de solução dos problemas, nem da Prefeitura, nem da EMURB, infelizmente. Mas eu queria dar a palavra a mais alguém, por favor.

HENRIQUE CAMBIAGHI

Henrique Cambiaghi da ASBEA. Eu só queria esclarecer, Lucila, esclarecer o seguinte. Onde existe Operação Urbana, não se pode fazer outorga, portanto você não parte de 2 para 4. Onde existe Operação Urbana, o coeficiente básico é 1, você é obrigado a comprar mais 3. Você não tem a vantagem de 2. Alias pelo contrário, no meu modo de ver um erro, mas enfim, você tem que comprar 3 vezes, e não pode comprar 2 vezes. Você não pode usufruir o benefício de duas leis, é muito clara a lei. Onde tem Operação, se você parte do coeficiente básico 1 e compra 3, onde você está fora de Operação Urbana e tem o direito de chegar um coeficiente máximo de 2, 2.5, você parte do 1 e chega 2.5. Quando você tem uma antiga zona 2, você pode se beneficiar da lei antiga em que você pode chegar a duas vezes sem pagar outorga, mas isso vale para toda cidade de São Paulo, não para essa região. Então eu acho que você talvez não tenha percebido isso.

Isso vale em qualquer Operação, não só nesse trecho, como no Itaim, qualquer outro lugar. Coeficiente básico é 1, passou para 4, paga 3 vezes. Passou para 3, compra 2, não tem jeito. Isso em qualquer região da Operação Faria Lima, está muito claro. Este trecho ficou um buraco negro, então foi restituído. Além de comprar 3 vezes, você vai ter que comprar mais uma vez por mudança de parâmetro urbanístico, não precisa comprar 4 vezes a área do terreno para conseguir chegar 4 vezes a área. Não sei se me fiz entender.

MANIFESTANTE* NÃO IDENTIFICADO

... pela comunidade, pelos moradores locais, não foram respeitados, na integridade, pelos técnicos da Prefeitura da gestão passada. Então a gente pensa que é necessária ali um controle maior, porque a Prefeitura, ela reconhece que esta área já tem a sua urbanização extremamente consolidada.

MORADOR 3 DA ÁREA VETADA DA VILA MARIANA

Só fechando essa manifestação. Eu sou morador de Moema, estou com outros moradores, acompanhamos ano passado esse processo em todas as assembléias, reuniões e concordamos com esse projeto. Está perfeitamente adequado e deve ser aprovado como está.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Bom, eu vou deixar mais uma ou duas pessoas intervirem, depois eu vou colocar isso em votação, porque senão... Por favor.

MANIFESTANTE* NÃO IDENTIFICADO

Gostaria de reforçar que a posição da organização da sociedade civil local é por um zoneamento restrito e controlado. Quer dizer, agora, opiniões individuais de grupos que não estão nem organizados, não representam a manifestação da coletividade que luta, e já está organizada a anos, preservando esta área que de uma certa forma sofreu com o Plano Diretor que foi aprovado.

LUIS CARLOS COSTA

Luis Carlos Costa, representando o Movimento Defenda São Paulo. Bom, eu só quero fazer uma observação que é o seguinte. Nós chegamos nesse momento em um certo patamar de entendimento, uma proposta definida. O problema é que existe um reclamo já reiterado muitas vezes de que as propostas em geral, urbanística, levassem em conta a questão da capacidade de suporte. Quer dizer, quanto que pode uma região dessa extensão ser ampliada? A área construída nessa região pode ser ampliada? Qual é os limites disso? Quer dizer, existem interesses de moradores que desejam conter na medida em que eles sentem os problemas vinculados ao congestionamento, a uma série de outros efeitos do adensamento que desejam conter.

Existe o interesse de empresários e proprietários de aumentar esse índice e conseguir um aproveitamento economicamente melhor. O que eu quero é observar a oposição sistemática desses interesses. E a única maneira que eu acho que o Poder Público tem de administrar essa dificuldade é tentar elucidar onde está o interesse coletivo. Como que o interesse coletivo pode ser aferido, pode ser orientado. Então eu acho que esse assunto ainda está insuficientemente tratado. Quer dizer, como nós vamos aferir isso? Várias propostas foram feitas. Uma delas é que houvesse para cada seguimento da cidade, um cálculo da capacidade de suporte, ou seja, do quanto que se poderia aumentar o aproveitamento dos terrenos sem implicar na necessidade de um investimento maior em infra-estrutura, espaço público, etc. Esse, sobretudo, em função da capacidade viária e do problema do congestionamento que é de longe o mais grave. Então esse problema é um problema sistemático, quer dizer, eu tenho uma crítica constantemente feita para gestão passada de se ter tratado esse assunto de maneira um tanto apressado. Quer dizer, havia a necessidade de passar o projeto com um certo tempo político e isso forçou as discussões, e na verdade esse é um problema que nos seria cobrado, eu diria, pelas gerações futuras, não é o problema da conveniência imediata. Então eu acho o seguinte, adotado uma certa orientação neste caso específico, Dr. Luna, eu acho que se cria um certo modelo de tratamento da questão relativamente simplificada, fácil, assim dizer não, isso aí já tem um jeitinho já de zona tendente ao adensamento, vamos deixar adensar e tal, mas é muito? é pouco?... Quer dizer, eu acho que não é uma maneira correta da gente tratar o problema da cidade que não é exclusivamente atinente a esse, é um problema de futuro. Então eu acredito, eu diria que existe uma questão de clarificação, de explicação mais adequada do problema para gente saber o que é que está em questão. Porque senão, nós vamos cair nisso que delineou agora pouco. Quer dizer, há interesses conflitantes, então se opta por um deles. Ou se considera que a coisa já está resolvida. Eu acho que não é assim. Quer dizer, nós temos a cidade toda, veja, toda a zona central da cidade, toda a área consolidada da cidade tende a se adensar. Quer dizer, há um interesse econômico, óbvio que todo mundo reconhece de haver o adensamento. Então há um problema público de como qualificar em termos de interesse coletivo essa tendência de adensamento. Adensar até quanto? Qual é o direito dos cidadãos que moram no lugar de dizer, não quero adensamento. Então tudo isso são questões que estão no plano político e cultural que não pode ser atropelado por uma conveniência de uma pressinha de aprovar, de se chegar ao tratamento de um caso específico. Eu quero anotar, Dr. Luna, é que isso não é um caso específico. Não é um caso, digamos, emergencial que é necessário. Por que? Porque ele implica numa maneira de enfrentamento desse problema. Então eu diria que é necessária, a cidade reclama, o equacionamento mais completo e mais adequado, eu diria, desse caso. Não tanto pela importância que ele tem, mas em termo de explicitar procedimentos e critérios que vão ser importantes para o tratamento da cidade e do futuro. Que em todo caso vai haver esse conflito do adensamento que serve ao interesse econômico, muito respeitável, mas também ao limite do adensamento que serve ao interesse coletivo que precisa ser mais explicitado.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu só queria chamar a atenção que nós não estamos discutindo o processo que foi feito para o zoneamento, nem o Plano Diretor da gestão passada. Nós recebemos um Plano Diretor e uma lei de zoneamento que eu não sei se eu concordaria plenamente com o que foi feito, e nem o processo. Eu não acompanhei, eu não posso ser responsável.

O que nós encontramos é uma região que tem um buraco negro, e que tem complicado a vida de um número muito grande de pessoas que residem, que tem seus negócios nessa região. Eu tenho a impressão que, como Prefeitura, nós temos a

obrigação de tentar que uma lei que exista, independente do mérito dela, ela funcione. E ela aqui tem um buraco negro, afetando muita gente.

O que nós acabamos fazendo para resolver esse problema é passar inicialmente à CTLU o Projeto de Lei praticamente da forma que ele foi aprovado na Câmara. Aquilo que foi encaminhado para Câmara de alguma forma ele refletiu com mais ou menos autoritarismo da Prefeitura, refletiu conflitos da sociedade desse tipo. Nós procuramos quando mandamos para CTLU, reproduzir aquela situação. Nós tínhamos uma situação emergencial, nós não estamos refazendo o zoneamento. Nós temos o ano que vem para fazer isso. Podem ser modificados. Então nossa tentativa foi solucionar um problema específico como foi a questão das Garagens. A Garagem, a cidade parou em função das Garagens. Eu acho que nós não deveríamos começar a fazer toda uma discussão do zoneamento em função das Garagens. Nós tentamos resolver o problema das Garagens, que era um problema que afetava a todos, e resolvemos o problema.

Este também nós estamos tentando resolver um problema tópico. Nós não vamos resolver agora os problemas do zoneamento do Plano Diretor que existe hoje na lei através dessa situação, que existem pessoas que moram, existem pessoas que demandam essa solução. E nós estamos demorando com ela. Não os senhores, nós Prefeitura, sociedade. Então o caminho que nós seguimos foi: Vamos reproduzir o máximo possível daquilo que foi enviado pelo próprio executivo para Câmara, vamos debater essa questão. Foi primeiro passado pela CTLU. Houve pequenas modificações, inclusive na discussão da CTLU. E nós estamos trazendo aqui. Agora nós não podemos, através dessa discussão, discutir o zoneamento nem o Plano Diretor. Eu acho que seria uma angústia muito grande para as pessoas que moram nessa região. Por outro lado, essa área ela tem coeficientes. Ela tem um estoque de adensamento pequeno. Não é grande. Isso que vai delimitar um pouco a forma de ocupação.

Agora eu acho que nós estamos frente a uma questão sim, emergencial. Então a minha sugestão é que, de alguma forma, nós não podemos nesse caso reproduzir de novo, toda uma discussão conceitual do zoneamento. Nós temos o ano que vem. Nós podemos voltar, discutir de novo uma série de parâmetros. Mas eu não gostaria que na verdade isto fosse a rediscussão do zoneamento nem do Plano Diretor. Pelo menos é a minha sugestão. Eu tenho a impressão que os moradores da região, eles estão sofrendo com isso. Para eles um zoneamento ou outro, é melhor um ou outro do que o não zoneamento. Hoje a pessoa não pode construir um muro aqui dentro. Então eu tenho a impressão que a nossa emergência é uma emergência não de resolver um problema que pode estar distorcendo a cidade, mas resolver um problema dos moradores. Essa é a minha questão. É só essa. Eu acho que nós não podemos também fazer, isso aqui é o fim do zoneamento, isso não é o início de um processo, isso aqui é consequência do zoneamento que já foi aprovado.

Então vou dar a palavra, bom então, mais duas pessoas, depois eu vou colocar em votação, porque senão nós vamos ficar nisso.

ANGELA MARIA CALABRIA

Ângela Maria Calábria da Leste 1. O professor Costa falou muito bem, o que eu gostaria de ter falado, ele fala bem melhor. Mas eu acho que, porque nós não podemos preservar a zona estritamente residencial? É pecado morar em São Paulo? Então São Paulo está se tornando com esse adensamento, essa escuridão que está se tornando o mapa do zoneamento vai acabar, até futuramente, esse amarelinho vai acabar ficando cinza, e depois cinza mais escuro, e assim vai. Então está sendo proibido morar na cidade de São Paulo, exceto se for super adensado, em prédio, que particularmente eu não gostaria de ter que ir morar. Agora eu acho que não dá pra discutir, votar isso hoje. Se tiver mesmo obrigação de sair daqui alguma coisa, eu acho que esse cinza mais claro, que seria a ZM3a, deveria voltar a coeficiente 1, o que seria a zona 2 antiga. E eu acho que essa coisa de que está com pressa, temos que resolver, porque

muita gente não pode aprovar nada aí. A culpa não é nossa. A culpa é do Plano Diretor que foi discutido desesperadamente, porque a prefeita queria aprovar essa lei de qualquer jeito. E a cidade não tem culpa disso. Tem muita gente que está sendo prejudicada, que foi, que será. E eu acho que não pode ser assim nessa de afogadilho que agente tem que aprovar isso. Eu acho que se tiver que sair alguma coisa hoje, que esse cinza claro aí a ZM3a seja coeficiente 1.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu só queria lembrar que, da forma como foi colocada originalmente, a impressão é que se aprovasse isso, nós teríamos perda de receita na Prefeitura. Quer dizer, acho que foi esclarecido que, na verdade, mesmo na operação, se parte do coeficiente 1, independente da possibilidade de ser 2,5 se parte do coeficiente 1 até a 3 ou 4, seja quanto for a operação. E na verdade a arrecadação através dos CEPACs ela não ficará comprometida com isso.

Eu queria dar a palavra àquela senhora, por favor.

BEATRIZ COSTA TSUKAMOTO

Eu sou Beatriz Costa Tsukamoto, representante das Associações de Bairro. Nós reconhecemos a dedicação e a expertise do grupo que trabalhou com isso, principalmente da equipe da Secretaria de Planejamento que a gente conhece. Mas nós gostaríamos de ter acesso ao projeto que foi enviado para CTLU pela Secretaria antes dela passar pela CTLU. É possível a gente ter vistas a esse projeto do jeito como ele foi?

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Ela pode explicar isso. Houve uma pequena modificação. Quando entrou na CTLU, houve alguma modificaçãozinha pequena, você lembra dele? Não? Então, o que foi aprovado, desculpa, o que foi aprovado... Houve muita discussão na CTLU, mas acabou sendo aprovado o mesmo que foi apresentado. Então o projeto é esse mesmo.

BEATRIZ COSTA TSUKAMOTO

Certo. A nossa preocupação é que os coeficientes que foram aumentados, a gente sabe que mesmo que haja uma modificação no ano que vem, eles não voltariam atrás, porque eles geram direitos. E o que acontece é que ele não voltaria atrás, ele nunca volta.

Outra coisa é que essa questão é o que nos preocupa também é que a gente sabe que São Paulo tem uma dívida de 300 milhões justamente na área da Operação Faria Lima. Mesmo apesar de dizerem que não é um dinheiro que está entrando. O único dinheiro que pode ser usado para tapar esse buraco tem que, pela lei, tem que vir da própria Operação Faria Lima, ou tem que sair do resto da população. É só isso que eu queria falar.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Não, a Operação Faria Lima, pela forma de arrecadação, ela não é afetada. A Operação Faria Lima, ela não é afetada em sua arrecadação.

Então fala uma e depois eu vou colocar aqui, e encaminhar uma votação, por favor.

HUSSAIN AREF SAAB

Eu gostaria só de esclarecer algum detalhe. A zona de uso Z2 em todo município, ela permite coeficiente 1, podendo através de outorga onerosa, chegar a 2.5. Aí eles já limitaram a 2 tirando 0.5 de todo esse contorno. Outra coisa, como o secretário já afirmou, zona 2 pode chegar a 2.5, o que passou, e a maioria da zona Mista permite...

Mas todas as zonas de uso Z2 chegavam a 2.5. Aqui já limitou... São meia dúzia de quadras que estão permitindo chegar a coeficiente 2, mediante outorga onerosa. Isso aqui vai contrabalançar um pouco do que foi definida pela Faria, que tornou inviável qualquer comércio, qualquer serviço na Faria Lima. Porque o valor ficou extremamente elevado. A cada 50 cm no CEPAC, ou a cada 60 cm no CEPAC. Tanto que não é o porque, eu respondo para você, porque desde quando foi aprovada a lei, não teve um caso que solicitou pedido de mudança de serviço ou comércio nessa área da Operação Faria Lima. Só isso. Mas eu te digo... Você me dá a relação daquilo que tinha anteriormente protocolado, quanto a isso eu não discuto. Posteriormente a vigência, não se protocolou mais nenhum pedido. Não há mercado porque o custo ficou acima do valor do mercado. Essa é a realidade.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu quero... Eu tenho a impressão, já houve discussão. Nós temos aqui uma proposta inicial, apresentada aqui e aprovada antes pela CTLU, e nós temos duas sugestões que, no fundo, caminham na mesma linha de substituir essa região por um coeficiente 1. Eu vou colocar em votação a primeira proposta, que é a que foi aprovada pela CTLU para ver quem é a favor, depois nós podemos votar a outra.

GERSON GOMEZ

Gerson Gómez, arquiteto da macro-região Sul 1, conselheiro eleito. Por questão de ordem, é minha primeira reunião, quem tem direito ao voto, e quem tem direito a manifestação nessa comissão, por favor.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Eu acho que manifestação, quem estiver aqui, eu deixaria a manifestação, é aberta. Eu não tenho problema. O voto tem que ser um voto por entidade, claramente definida. Quer dizer, se tiver duas entidades, só os membros eleitos. E se tiver dois, o suplente e o titular, só vai poder votar o titular, um deles.

Então eu vou colocar, dependendo do número de voto, nós vamos ter que manifestar cada um dos votos para que não haja esse tipo de confusão. Questão de ordem?

REINALDO MARTINEZ RUIZ

Reinaldo, reeleito suplente Leste 1. Eu queria aproveitar, já que se tocou no assunto de suplência, aproveitar para poder fazer uma crítica construtiva, porque os suplentes também tem representatividade. Até entendo que ele não possa ter direito a voto na presença do titular, mas eu gostaria muito que os suplentes também recebessem os comunicados, também recebessem as convocações. Até porque nem sempre os titulares tem contato com seus suplentes. Eu acho que isso não vai causar despesas exorbitantes, eu acho que os suplentes poderiam ser convocados.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Isso vai ser considerado, sem problema nenhum.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

Eu gostaria que os votos fossem declarados, e declarados também a entidade que votou.

ANGELA MARIA CALABRIA

Uma questão de ordem, o senhor disse que primeiro vota o geral, e depois a gente vota, a respeito, se vota para zona 1.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Se ela for aprovada por maioria, não tem sentido votar o outro. Acho que é uma questão de encaminhamento, não há sentido ser diferente disso.

ANGELA MARIA CALABRIA

Não seria o contrário?

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Não, não faz sentido. Isso já está aprovado pela CTLU, acho que esse é o encaminhamento normal.

LUÍS CARLOS COSTA

Luís Carlos Costa, Movimento Defenda São Paulo. Eu só quero observar uma coisa. Essa votação eu entendo, até peço que me esclareçam, que vai ter um sentido imediato, quer dizer, nós vamos tomar uma decisão que vai ser encaminhada para uma mudança na norma urbanística imediatamente.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Aprovada, ela será encaminhada oportunamente para Câmara Municipal, que pode ou não aprovar isso. Então o que é que nós temos? Uma proposta que passou na CTLU, foi ouvida, e foi aprovada, ela está passando aqui. Ela vai ser ouvida, aprovada ou aprovada uma outra sugestão que deverá voltar para CTLU, na verdade passar aqui, eu deveria ter aprovação na CTLU. Se eu tiver duas situações, eu vou ter um impasse, eu não sei como fazer. Mas vamos imaginar que na verdade os dois encaminham no mesmo sentido. E isso, se aprovado, o ano que vem, quando abrir os trabalhos legislativos, nós encaminharemos isso para a Câmara Municipal. Com todas as dificuldades de aprovar um projeto desse. Eu tenho muito receio de qualquer projeto desse que mandar para Câmara, porque nós podemos propor uma coisa e aprovar outra. Mas nós temos que fazer uma coisa assim, não pode ficar isso até 2007, sem solução.

LUIS CARLOS COSTA

Certo. Então para completar a idéia, o que eu queria salientar é que o encaminhamento que se fizesse de imediato, teria um sentido preventivo, cautelar. O que nós poderíamos fazer com mais cautela? Eu entendo que é essa aprovação do índice 1.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Desculpe, mas acho que isso já foi colocado, o encaminhamento. Agora não estamos numa questão de ordem. O senhor desculpe, por favor.

LUIS CARLOS COSTA

Eu não falei que era questão de ordem, eu falei que era pra encaminhar.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Já discutimos. Eu queria sugerir agora a votação. A minha sugestão é o seguinte, senão nós vamos ficar aqui numa dificuldade muito grande. Nós já sabemos quem está presente. Quem tem legitimidade de voto aqui, que é representante, único e é contra que se manifeste, por favor. Quem é contra a proposta? Senão não precisamos contar... Quem na verdade pode votar, o representante único, e é contra?

ANDRÉ LUIS GONÇALVES PINA

Foram nove votos contra: do representante da macro-zona Oeste, da Leste 1 eleito, da Leste 1 indicado, da Secretaria de Cultura, do Instituto Paulo Freire que é a Entidade Ambientalista, do representante da Universidade Mackenzie, da Associação de Moradores, do Defenda São Paulo e da POLIS.

Nota: A conselheira LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA entregou uma Declaração de voto que é parte integrante desta ATA.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Quem é a favor? Acho que é maioria, está certo? Muito Obrigado.

Foram 9 votos contra, 24 a favor e uma abstenção, quer dizer, foi aprovado o projeto apresentado na pauta e que havia sido aprovado originalmente na CTLU. Então nós temos autorização deste conselho para encaminhamento desse Projeto de Lei à Câmara Municipal para considerações.

Acho que a reunião se esticou nesse tema, eu tenho a impressão que cada questão dessa é complexa, é difícil. Nós temos um outro Projeto de Lei, que eu gostaria simplesmente que a Nilza pudesse apresentar, e nós não precisaríamos discutir. Nós queremos apresentar já a situação das operações urbanas e do zoneamento.

Mas a minha sugestão é, talvez pelo adiantado, já foram quase duas horas, se nós fomos apresentar isso, nós vamos muito longe. A minha sugestão seria o seguinte, que nós fizéssemos apresentação disso, não precisa fazer uma discussão, e eventualmente nós marcaríamos até uma reunião em janeiro para discutir isso e fazer essa apresentação. A gente repete logo no começo de janeiro, fazemos outra reunião para discutir esse Projeto de Lei. Esse Projeto de Lei ainda, ele não passou também ainda, ele foi só apresentado, não foi na CTLU. Nós podemos começar por lá ou por aqui. De qualquer forma, nós só vamos encaminhar isso em fevereiro, esses dois projetos de lei. Então minha sugestão seria essa, que fosse só apresentado e o resto, a própria discussão disso, nós deixássemos isso para uma reunião que nós marcaríamos em janeiro, meados de janeiro.

Eu gostaria de passar uma comissão. Quem gostaria de participar? Eu gostaria de ter uma comissão... Então eu gostaria de sugerir para ver se aproximadamente dez pessoas, pode ser oito, pode ser doze, não pode ser quarenta pessoas, que pudessem participar dessa comissão. Eu gostaria de sugerir que sejam pessoas que tenham tempo, disponibilidade de participação dessa comissão. Nós vamos ter trabalho com bastante intensidade durante esse período. Então eu gostaria de sugerir que só se manifestasse, só participasse da comissão as pessoas que tivessem, de fato, disponibilidade de tempo para participação. Quem, por favor, desejaria se apresentar? É necessário que sejam pessoas que sejam membros do conselho.

EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE

Essa comissão é a que vai discutir o encaminhamento da revisão do Plano Diretor em 2006. Então, Eduardo Nobre, da Secretaria da Cultura.

SÉRGIO SAAD

Sérgio Saad.

JOSÉ EDUARDO TIBIRIÇA

José Eduardo Tibiriça, da ASBEA.

ANGELA MARIA CALABRIA

Ângela Maria Calábria, Leste 1.

REINALDO MARTINEZ RUIZ
Reinaldo Martinez Ruiz, Leste 1 eleito.

VERA LUCIA LAUZE MERINGOLO
Vera Lauze Meringold, da EMURB.

GERSON GOMEZ
Gerson Gómez, macro-região Sul 1 eleito.

GUILHERME FRONTINI
Guilherme Frontini, macro-região Sul 2 eleito.

CARLOS GONÇALVES FERNANDES
Carlos Gonçalves Fernandes, macro-região Norte 1 eleito.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA
Lucila Falcão Pessoa Lacreta, macro-região Oeste eleita.

ANTONIO LUIZ POLVERINI
Antonio Luiz Polverini, da APEOP.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento
Eu só vou sugerir aqui, das pessoas que se apresentaram, porque como tem muita gente, eu vou dar preferência para titulares. Alguém é suplente? Então eu vou retirar os suplentes, porque tem muita gente.
Eu queria fazer um grupo de dez pessoas. Nós estamos aqui com quinze pessoas. Eu tenho que fazer algum critério de seleção. Então ao invés de fazer votação, eu tenho a impressão que os titulares que estão aqui representados, eles são... É muita gente, não vai funcionar.

EDUARDO ALBERTO CUSCE NOBRE
Senhor Presidente, deixa só eu colocar, porque... Eu estou falando em nome da Mirthes aqui. É que tem várias resoluções de tombamento, porque a Mirthes é diretora da Divisão de Preservação – DPH, e tem várias resoluções de tombamento que não constaram das ZEPECs. Então a nossa participação é importante justamente para que as ZEPECs sejam atualizadas corretamente de acordo com as resoluções de tombamento.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento
Essa é a minha sugestão, eu vou colocar isso. Veja o seguinte, eu vou colocar isso, como esses grupos vão estar eleitos, eu vou colocar isso aqui em votação. Minha sugestão, dos quinze que estão aqui, vou selecionar os que sejam titulares. Quem é contra isto?
Onze são contras. Quem é a favor?
Quem votou suplente e titular aqui? Não, tem alguém que votou aqui que não é membro? Não pode votar suplente e titular.

ANDRÉ LUÍS GONÇALVES PINA
Só um esclarecimento. Na ausência do titular, o suplente vota, ele tem direito a voto. O que o secretário está dizendo é que não pode votar o suplente e o titular na mesma reunião.

JOÃO SETTE WHITAKER FERREIRA

João Whitaker, da Universidade Mackenzie. Eu nem estou interessado nessa questão, porque eu não me inscrevi. A questão toda é uma questão de princípio, inclusive jurídico. Numa reunião onde tem titular e suplente, se o titular não vem, o suplente vem ocupando o lugar desse titular, com todos os direitos do titular. Portanto não se pode saber se um critério que cria um prejuízo para uma representação, que tem seu suplente no lugar do titular, porque juridicamente falando, o suplente está aqui como um titular. Não pode de fato, se tem o suplente e o titular que estão aqui, só vale o titular, isso é óbvio. Mas não pode se estabelecer um critério de criar uma comissão e falar, olha, nós só vamos pegar os titulares, não os suplentes, porque os suplentes estão aqui com os mesmos direitos. Então menos o caso do Eduardo Nobre, ele tem uma justificativa muito premente, ele falou, olha, a Secretaria de Cultura é interessada, porque existem áreas de tombamento. E aí o direito que ele tem como membro titular, porque ele está aqui como membro titular. Ele é suplente do titular, ele está aqui como membro titular. Então este critério não pode ser estabelecido por uma questão jurídica, só isso que eu estou falando. É um princípio.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

É que não pode, na verdade, uma pessoa que não está aqui presente, ela ser indicada e votada, porque ela não está aqui.

MARCO AURÉLIO NICOLAU COSTA

Marco Aurélio, da EMURB. Eu queria fazer uma retificação de voto, porque na realidade nós estávamos discutindo o critério. Está certo. E eu vi que nós temos aqui representantes de uma mesma área, dois representantes de uma mesma área. Já que o critério é só titularidade ou suplente, eu voto pela titularidade.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Vamos fazer o seguinte. Nós podíamos estar escolhendo. Isso aqui é livre, está certo. A minha sugestão, e eu vou colocar isso, que desses membros aqui, eu vou selecionar, dos que estão aqui, os membros titulares que foram eleitos. Eu vou colocar dessa forma.

Não, é que na verdade, eu poderia estar indicando os membros. Eu poderia estar indicando os membros para fazer na verdade... Isto não é formal. Ela não tem poder deliberativo. Ela vai trazer para cá. Então, na verdade, é um grupo de assessoria a presidência que vai fazer o meio de campo aqui também com a comissão. Mas não adianta. Então, uma pessoa aqui não pode estar se inscrevendo por outra que não está aqui presente, assumindo esse compromisso.

LUCILA FALCÃO PESSOA LACRETA

A minha sugestão é que os quinze que se inscreveram permaneçam.

FRANCISCO VIDAL LUNA - Secretário Municipal de Planejamento

Bom, eu vou colocar aqui agora a Nilza para apresentar esse Projeto de Lei, e depois nós marcaremos uma reunião, aproximadamente dia 15 de janeiro, eu vou ver a data correta, e nós marcamos uma outra reunião para discutir este caso, e as operações urbanas e o encaminhamento do zoneamento. Por favor.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

A idéia de trazer esse Projeto de Lei é porque existe um parâmetro que foi incluído no quadro 02, da parte 03, que é a área construída. Um limite de área construída para via

local. Nós estamos abrindo a discussão, e isto está dentro do espírito do processo de revisão do Plano Diretor, que é uma incumbência que a SEMPLA tem de fazer, pelo artigo 293 (PDE). Nós estamos trazendo uma primeira idéia que tivemos para resolver este problema, propiciando assim, a participação de todos nesse processo. E não deixando isto só para o final. Então esta é a questão que o secretário abriu, no sentido de que este plenário comece a perceber as idéias que estamos tendo dentro do processo de revisão, que já se iniciou.

Então aqui nós estamos imaginando o seguinte. Eu trouxe um exemplo da Lapa, só para exemplificar a questão que nós temos de cada plano regional. Ela está contida na macrozona de estruturação e qualificação urbana. Dentro desta macrozona de estruturação urbana é possível que nós tenhamos várias zonas. As zonas exclusivamente residenciais de baixa, média e alta densidade. As zonas mistas também de baixa, média e alta densidade. A diferença do a e b na ZM3a e ZM3b é mais em relação ao problema do coeficiente básico, que se altera, que é 1 no a e no b é 2. A mesma coisa na zona de centralidade. Nós temos o "a" que é 1 e o "b" que é 2. Esta é a diferença que se tem neste tipo de zona. Zona predominantemente industrial e zona de ocupação especial. Também a lei estabeleceu que nós não temos mais grandes diferenças em termos de usos não residenciais. Então nós temos o uso residencial R1 que é uma habitação por lote, duas ou mais habitações agrupadas horizontalmente que é o R2H e o R2V que é verticalmente.

E nós temos também os usos não residenciais. É aí que entra o conceito da compatibilidade entre os próprios usos. Nós temos então o nR1, que são atividades que, por si só, são mais compatíveis entre si e prejudicam menos o uso residencial. Este é o conceito. O nR2 são atividades comerciais, de prestação de serviços, institucionais, elas estão todas agrupadas. A lei flexibilizou isto, ela tornou mais ágil o processo de aprovação. Elas são toleráveis porque podem causar algum tipo de prejuízo ao uso residencial. Então elas têm um controle maior por parte do poder executivo. O nR3 são usos não residenciais especiais e incômodos. Estes passam por um estudo especial, por uma comissão especial que é a CAIEPS, que determina quais deveriam ser os critérios para estes usos. É uma questão de grau de incomodidade, seja pelo tráfego, seja pelo grau de comprometimento ao meio ambiente. Nós temos que cuidar do planeta, do ambiente. Então, todas as atividades que possam trazer qualquer prejuízo são analisadas por este grupo especial. E o nR4, ele só pode se dar numa Macrozona de Proteção Ambiental. Lá alguns usos urbanos poderão acontecer, mas com maior controle por parte do Poder Executivo.

Na zona mista foi inserido um conceito novo. Nós temos o sistema estrutural da cidade. O Plano Diretor definiu três tipos de vias estruturais: a N1 é a que liga o município com outros estados, a N2 que faz uma ligação intermunicipal, e a N3 que faz uma ligação entre bairros. Eu estou repetindo essas questões mais conceituais para tornar claro o conceito do que eu vou expor. E as vias locais são o que restou. E a coletora é aquela que coleta e distribui para este sistema estrutural.

A zona mista é o restante da cidade. Isto não é diferente do zoneamento anterior, muitos dizem que nós só deixamos zona mista, não é, porque o anterior também só tinha zona mista. Só chamava diferente. Era Z2, Z3, Z4, todas zonas mistas. O que nós definimos foi isso, uma zona mista com características e grau de incomodidade. E o sistema viário nas estruturais permite maior fluidez de tráfego. Nós temos 5 milhões de veículos circulando por esta cidade. Nós temos que permitir que a atividade econômica se locomova pela cidade toda. A questão é de se definir melhor a atividade em cada uma destes usos.

A outra regra é a da largura da via. Nós temos que realmente saber se a largura tem capacidade para o uso. Essa é uma restrição que nós devemos observar. Essas são, digamos, as questões que só interferem na zona mista. E ela é praticamente 60% do território do município. Neste exemplo está detalhado exatamente a tipologia das vias

que eu coloquei, a N3, a N2, a via coletora em amarelo e a via local. Nós estamos aí mostrando que em cada uma dessas situações existe um quadro. Na via local apenas estas atividades são permitidas. O comércio de abastecimento local, diversificado, indústrias, e no caso, essa foi uma inserção feita na Câmara, locais de reunião.

A lei de uso separou o conceito de implantação da edificação das condições de instalação do uso. Esta foi a grande diferença na lei de uso. Para qualquer edificação, ela têm alguns parâmetros: a capacidade da infra-estrutura instalada, o adensamento demográfico construtivo definido para aquela zona de uso territorialmente, porque dentro da cidade, nós temos várias cidades. Então nós temos realmente condições: pelo relevo, topografia, paisagem, drenagem, de definir para aquele território os parâmetros específicos de inserção dessa edificação no lote, independente do uso. Esta é a grande diferença que existe. Os parâmetros são iguais, seja para residência, seja para uso não residencial.

A questão que está colocada nesse gráfico é que a implantação da edificação está voltada à zona de uso, a área mínima, a frente mínima, recuos mínimos, a taxa de permeabilidade, taxa de ocupação, coeficiente e gabarito. Estes são os elementos essenciais para definir a volumetria da edificação naquele território. E as condições de instalação, a proposta que está colocada aqui é a retirada da área construída máxima da via local, retira-se simplesmente. No texto que os senhores receberam, e as senhoras também, retirou-se esse parâmetro, porque ele não é necessário nas condições de instalação, uma vez que a taxa de ocupação, o coeficiente de aproveitamento e o gabarito máximo é que dão o limite da edificação, a área construída. Então ele não é um elemento que dê uma condição de instalação. Simplesmente ele está a mais nesse quadro. Porque a questão da instalação, ela tem ligação direta com a função praticada por aquela atividade, naquele lote. Então é a atividade, é o horário, é o número de funcionários, é a lotação, é a vaga de estacionamento. Esses são os elementos, os parâmetros que realmente importam na questão da instalação da atividade. E os parâmetros de incomodidade, que são realmente uma intervenção nova, são a emissão de ruído, que há muito já se usa; o horário de carga e descarga; a vibração; a emissão de odor; gases e todos os outros elementos que estão presentes na lei também. Com estes parâmetros, nós temos a condição de ter os recuos laterais e de fundos, no caso de um edifício, que deveriam ser observados, a questão do recuo frontal, que é essa faixa amarela que está representada. Isso é simplesmente uma simulação do tipo de ocupação possível e da inserção dessa edificação, seja o uso que lá se instale, residencial ou serviço, mas ela terá que respeitar essa tipologia. Nós temos aqui todos os parâmetros que dão a condição de bem implantar a edificação no lote, para qualquer tipo de zona contida naquela subprefeitura. Por isso que estes elementos têm que ficar no território, na subprefeitura, porque eles podem ter variações com relação à taxa de permeabilidade, com relação a gabarito em função do que se deseja preservar naquela paisagem e naquele local, naquele território especificamente. Então esta foi a inovação.

E com isto, qual é o outro parâmetro definidor da construção? É a largura da via. E isto já era usado anteriormente na legislação que foi revogada. Nós tínhamos a condição de instalação e tínhamos também um outro fator que refreava, digamos assim. Se eu tenho ruas estreitas, eu não posso ter estabelecimento com grande capacidade de tráfego naquela rua. Então evidentemente que eu tenho um fator de como controlar isto. Então se eu tenho uma largura menor que 10, eu tenho uma área, aí sim, limitada a 250 m², mas em função da largura da via. E se eu tenho entre 10 e 12, eu vou ter 500 m², e vou também ter uma limitação de gabarito para essas situações. Isto não se aplica para os usos residenciais, se aplica aos usos não residenciais. E não residenciais entende-se comércio, serviço, creche, hospital, instituições filantrópicas, todas elas estão contidas neste não residencial, que seriam todos estes grupos que nós estamos aqui apresentando.

Nós estamos propondo a retirada desta coluna. Essa coluna seria simplesmente suprimida deste quadro e passaríamos a ter somente aquelas de condições de instalação. E aí nós estamos fazendo um exemplo: se eu tivesse qualquer uma das áreas, independente de lote, na situação como esta, se eu tivesse 800 m², 1600 m², numa via local, só poderia hoje construir 250 m², mesmo que ali fosse definido um outro coeficiente. Então o erro está aí, porque o coeficiente já está estabelecido, ele já está definido. Então esta é a situação das vias locais, em que eu tenho sempre uma limitação da ocupação, qualquer que seja a dimensão do território. E neste caso, para uma via maior, de 17 metros de largura, eu poderia ter então, o uso residencial que é o amarelinho, ele não está na regra dos 250 m² da via local. Ele pode acontecer sempre. Mas qualquer tipo de atividade comercial, seja creche, seja hospital, que o município necessite colocar, por exemplo, na zona leste, na zona norte, esbarra nessa condição. Então nós temos aqui a proposta de manter exatamente esta regra que já existia no quadro que eu apresentei anteriormente. E com isso, nós teríamos, é lógico, essa largura de 17 que foi colocada, mas ela é aplicável a qualquer rua maior que 12 metros de largura. Então, nesta situação, num lote de 2000 m² para uso não residencial, ele poderia ter um aproveitamento maior, para lotes menores, ele tem um aproveitamento específico do coeficiente.

Então é essa a situação que estamos apresentando. Para ruas menores, realmente nós vamos ter um controle rigoroso dos 250. Nas vias de maior largura, maior que 12, no exemplo colocado de 17, então essa seria a simulação que preparamos.

Então o que nós estamos colocando seria isto e, além disto, este projeto, onde ficou faltando essa transparência, mas consta do material que está sendo distribuído. Nós colocamos na exposição de motivos exatamente essa idéia conceitual. O que nos interessa mostrar é o conceito daquilo que estamos fazendo. E estamos também tendo a oportunidade de colocar nesse mesmo projeto, uma variação do número de vagas pelo tipo de atividade. Se eu tenho uma indústria, não necessariamente eu tenho a mesma necessidade que eu tenho em um escritório. O que a lei anterior fez, ou o que a lei que está em vigor fez, foi adotar o mesmo parâmetro para qualquer atividade não residencial. Isto tem prejudicado algumas instalações. Nós estamos alterando, e os senhores estão recebendo cópias dos quadros alterados com a questão da vaga de estacionamento. Nos quadros para zona ZCLz-I e ZCLz-II, que são lindeiras as zonas exclusivamente residenciais, para usos e atividades não residenciais lá permitidas, é uma vaga para cada 50 m². Para demais zonas, os nR1 e nR2: indústrias do tipo 1a, indústrias do tipo 1b, serviços de armazenamento, serviços de confecção, manutenção e oficinas, esse nós estamos deixando uma vaga a cada 100 m². Nós estamos retomando parâmetros da legislação anterior, porque julgamos mais adequados para usa-los para esse tipo de atividade. Deixando então uma vaga para cada 35 m², para aquela que é um pólo gerador. Prestação de serviços, escritórios, esses continuam a ter a mesma exigência de vaga.

Outro fator que está sendo considerado bastante importante nesta nossa revisão é o pátio de carga e descarga. E nesse caso, nós estamos usando a própria lei da AET – Áreas Especiais de Tráfego. Se existe um órgão técnico da Prefeitura que estabeleceu para áreas especiais de tráfego, uma condição especial, nós podemos utilizá-la para todos que exigem esta condição. Então nós estamos exigindo uma vaga para cada 4000 m² de área construída total, e mais uma vaga para cada 3000 m² de área construída total.

Então é isto que todos estão recebendo neste primeiro documento, que é um Projeto de Lei bastante simples que estamos encaminhando, mas que altera todos esses parâmetros. Então a discussão está aberta e este será objeto da nossa reunião, desse grupo que foi formado, e nós podemos debatê-lo com mais critério, com mais vigor, digamos assim, todas as possibilidades que estamos propondo, para que então,

quando trouxermos em definitivo esse projeto neste plenário, já teremos afinado todas as situações. Era isso então que eu gostaria de dizer. Obrigada.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Muito bem, antes de dar a palavra às pessoas que estão levantando a mão, eu queria informar que o Secretário Luna, ele teve que se retirar. Ele está representando o Serra em um evento com o presidente do Banco Mundial, que está visitando aqui o Brasil, e ele tinha o horário de 12:00 horas para encontrar o presidente do Banco Mundial. Como é um assunto de interesse da cidade, ele pediu licença para se retirar.

E nós temos ainda dois assuntos aqui na pauta, eu queria dar a palavra as pessoas que se manifestaram, o Cambiaghi, e tem uma outra pessoa, qual é o seu nome? O Cambiaghi em primeiro, o Edgar, a Tereza, o Guilherme. Terminada a fala do Cambiaghi, encerramos as inscrições para falar sobre o tema.

HENRIQUE CAMBIAGHI

Queria primeiro parabenizar a Nilza. Nilza, muito boa a tua apresentação, eu acho que ela foi muito didática, ficou muito claro, inclusive para a gente perceber os pontos críticos da legislação. Nós tínhamos até já preparado algumas sugestões, mas depois dessa apresentação a ASBEA quer complementar essas sugestões e estaremos então encaminhando uma proposta de alguns pequenos reparos. São pequenos reparos de nomenclatura, uma ora está escrito área construída computável, outra ora só área construída. Então, e aí eu corriji isso, descobri que estava errado de novo, a gente sempre acaba escapando. Então são pequenos erros de tabulação, mas eu acho que a idéia é muito boa. O único questionamento que eu queria fazer é a questão da vaga de carga e descarga, descrever claramente o tamanho dela, porque está causando muita polêmica isso. Uns entendem que a vaga é grande, uns entendem que a vaga de caminhão é pequena. Então isso não está claro, inclusive em regionais, só para ter um exemplo, uma pequena casinha de 100 metros, que tem 13,5 metros de frente, teoricamente se por uma vaga de caminhão, não cabe, ou ponho uma vaga de caminhão, ou eu faço um consultório médico, não é, pela lei atual. Então é isso, mas eu queria só parabenizar o trabalho porque eu acho que está muito bem equacionado, está muito bem encaminhado.

EDGAR DIAS

Edgar, da Capela do Socorro. Nilza, eu acredito que a parte do recuo, a fórmula que consta no Plano Diretor também poderia ser visto agora, não é?

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

Com relação aos recuos, a própria lei coloca isto como uma condição própria para ser feito pelo executivo, estamos revendo.

EDGAR DIAS

A fórmula que foi colocada, ela inviabiliza muitos empreendimentos, que é:
 $R = H - 6 \times 10$. Quer dizer, uma pessoa com 7 metros de altura de construção precisaria de 10 metros de recuo de cada lado.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

Não, não é isso. Não é isso não.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Eu queria sugerir ao Edgar, até para uma questão de criar uma cultura, o pessoal de SEMPLA é extremamente generoso com relação a receber as pessoas e trazer as

informações. Você, como componente do conselho, fique a vontade, eu peço autorização aqui para Nilza ou para o André, mas eles recebem muito bem as pessoas. Essa dúvida que você levantou, se você puder estar presente lá na SEMPLA numa oportunidade, terão todo o prazer de esclarecer, viu.

TEREZA ESPÓSITO FERREIRA DE SOUZA

Eu sou representante da macro-região Centro. E eu queria, a minha fala é no sentido de contribuir no debate e na análise dessa proposta. Certamente quanto à exclusão de parâmetros de área máxima, de fato não deveria ter constado nunca. Mas a minha contribuição é no sentido que muitas vezes quando agente fala, analisa e apresenta a legislação, que foi muito bem colocado pela Nilza, não tenho dúvida quanto a isso, mas a leitura que se tem é sempre daquilo que se vai fazer, isto é, daquilo que vai se construir. E essa cidade, eu como representante da Sé, estou o tempo inteiro falando da cidade que já está construída, que está funcionando. Então, por favor, leiam, e a minha contribuição é nesse sentido, essas tabelas, condições a serem observadas na instalação de uso são as regras para a decisão dos pedidos de licença de funcionamento.

A lei, ela é omissa, quanto à exigência ou quanto à exclusão para a exigência do parâmetro de instalação do pátio de carga e descarga. A lei, não me lembro agora que artigo que está, Clara talvez me ajude, mas está, ela permite, tem todo um regramento que permite a instalação de usos em imóveis, regulares ou comprovadamente regulares. Com referencia a exigência de vagas de estacionamento, a lei trouxe uma regra anterior, que a pessoa atende a esse parâmetro alugando vagas de estacionamento. Ela apresenta um contrato de aluguel, e com isso ela permite o uso. Está situação de exclusão ou maleabilidade, eu sei lá, como vocês queiram colocar, ela não está traduzida na exigência do pátio de carga e descarga. Então nós temos situações praticamente, vocês podem imaginar Bela Vista inteira, não precisa sair dessa rua, Martins Fontes, se a casa Michelangelo, não sei se ela está aqui ainda, sair e pretender se instalar no mesmo imóvel onde a casa Michelangelo ficou a vida inteira, ela não vai conseguir se instalar, porque ela não atende esse parâmetro de pátio de carga e descarga. Então a minha contribuição é no sentido de que analisem a proposta de lei pensando na cidade edificada que já funciona. E os Planos Diretores regionais... e as subprefeituras estão contribuindo fortemente na revisão dessa legislação. Então eu não sei, eu não entendo porque essa data do 15 de janeiro, eu acho que ela deveria estar vinculada, ser posterior a análise de todas propostas que certamente virão das subprefeituras com referencia a esse quadro.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Muito bem, está anotado a questão da Tereza. Agradeço a colaboração. Dr. Guilherme, por favor.

GUILHERME FRONTINI

Me permite, Sr. Secretário, vice-presidente, fazer uma retificação em relação ainda a questão anterior. O suplente assume na vacância do titular de forma definitiva permanente e de forma parcial na licença do titular. Então me parece pela analogia, se você observar a Câmara Municipal, o titular tem a prerrogativa do direito do voto ser votado. O suplente só na vacância ou na licença. Então eu queria retificar meu voto, eu sou a favor só dos titulares, por uma questão jurídica, por uma questão de legalidade. Obrigado.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Dr. Guilherme, eu só ia pedir a gentileza do senhor, que só por uma questão... Todos nós estamos aprendendo aqui, eu acho que a maneira de aprender é participando das

reuniões. E parece que o adequado seria, o assunto nosso é com relação à questão que a Dra. Nilza apresentou agora. Então se o senhor permitir, nós vamos, no final das questões, abrir a palavra aos senhores conselheiros, aí o senhor pode repetir essa questão, porque ela não caberia no momento. Nós estamos tratando desse assunto. Por último a Ângela, por favor.

ANGELA MARIA CALABRIA

Não, eu acho que, quase eu ia deixar de falar. É sobre as larguras das ruas, que na prática, eu fui para subprefeitura faz pouco tempo, eu vejo que o pessoal não tem essas larguras, assim catalogadas mesmo, e reais. Inclusive é uma preocupação minha lá, que eu diga que, eu achei que agente teria que sair e medir, a cada vez que tem um projeto meio problemático, vamos medir. E não tem essa disposição para se fazer isso, e não tem técnico para fazer isso. Então tudo isso que foi passado para subs aprovarmos, para nós aprovarmos essa área construída maior, até 1500, algumas categorias de uso, eu acho que teria que definir então alguma coisa, obrigando talvez, ou regrido... Para que se tenha as larguras reais das ruas, porque eu vejo lá na prática que não se tem na maioria. Obrigada.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Muito bem, está registrada sua questão, Ângela, a Nilza queria fazer um comentário a respeito.

NILZA MARIA TOLEDO ANTENOR

Só esclarecer, Ângela, que normalmente essa aplicação da lei já vem há muito tempo, há 30 anos que nós fazemos essa exigência, está certo. E normalmente nós fazemos a medição, isso é uma prática, mas nós teremos agora, em breve, esperamos que até março ou abril do próximo ano, nós teremos o resultado do vôo que foi feito em 2003, onde então, todas as medidas das ruas estarão disponíveis, está certo. Então é uma outra coisa que esperamos poder até contar com esse material para o nosso próximo Projeto de Lei. Não sei se vai dar tempo, uma vez que nós temos um cronograma bastante apertado, e qualquer transferência de uma base para outra, é bastante complicada. E nós estamos percebendo isso ao fazer a inserção só do sistema agora, no sistema de zoneamento que é operado pela PRODAM. Então só estou te esclarecendo, que isto tudo está no processo de melhorar, aperfeiçoamento, instrumentação de todas as subprefeituras.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Muito bem, eu queria colocar uma questão aqui para o conselho, que é a seguinte, nós temos duas questões ainda que não cabem deliberações, mas sim apresentação, o item 4 e o item 5, sendo que o item 4 é a apresentação do plano de trabalho da revisão do Plano Diretor Estratégico da lei de uso e ocupação do solo dos Planos Diretores Regionais, e o item 5 é a apresentação do José Geraldo com relação as Operações Urbanas Consorciadas. Embora o José Geraldo esteja aqui presente e pronto para apresenta-lo, nós estamos há aproximadamente 12:00, a minha preocupação é que o José Geraldo, que se preparou para apresentação desse plano, de repente, fique sem ouvintes aqui, a não ser aqueles da mesa e mais alguns. Então a minha colocação, e eu vou colocar aqui, então, uma proposta aos senhores, é se nós devemos continuar por mais um período que os senhores estabeleceriam, um período, ou se nós transferimos estas apresentações para a reunião que o secretário Luna se propôs a fazer extraordinária no mês de janeiro. Então são duas questões, ou continuamos por mais um período, por exemplo, uma hora, e aí todos assumem o compromisso de ficarem aqui presentes, ou nós transferimos esse assunto para

reunião extraordinária que se dará em janeiro. Então eu pergunto, tem aqui uma sugestão do Tibiriçá.

JOSÉ EDUARDO TIBIRIÇÁ

As propostas das Operações Urbanas é a seguinte questão, nos ceder para que a gente viesse na próxima reunião extraordinária, já preparados e informados sobre o projeto.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

Então o Dr. Tibiriçá, representante da ASBEA, a principio já diz que quer que esse assunto seja discutido na próxima reunião, mas sugere que a SEMPLA encaminhe através da Secretaria Executiva do conselho, em CD, as Operações Urbanas para que todos tenham conhecimento e possam vir para próxima reunião esclarecidos. É isso Tibiriçá?

JOSÉ EDUARDO TIBIRIÇÁ

E se não for possível apresentar hoje o plano de trabalho, também encaminhar junto, o plano de trabalho de reformulação do plano.

ORLANDO ALMEIDA FILHO - Secretário Municipal de Habitação

E também sugere o Tibiriçá que se apresente também nesse mesmo material a ser enviado, se os senhores conselheiros assim optarem, também sejam enviados. Muito bem, eu vou colocar aqui a seguinte questão. Transferimos os itens 4 e 5 para próximo reunião extraordinária que ocorrerá no mês de janeiro. Os que tiverem a favor permaneçam como estão, os que forem contra, por favor, levantem a mão. Então unanimemente a reunião está encerrada. Agradeço a presença de todos, tenham um bom Natal e um bom Ano Novo.

São Paulo, 20 de dezembro de 2005.

Presidente

Francisco Vidal Luna

Vice-Presidente

Orlando Almeida Filho

Secretário Executivo

André Luís Gonçalves Pina

Conselheiros

Macrorregião Norte 1 eleito

Carlos Gonçalves Fernandes

Macrorregião Norte 2 eleito

Issamu Takayama

Macrorregião Oeste eleito

Lucila Falcão Pessoa Lacreta

Macrorregião Leste 1 eleito

Luiz Lima

Macrorregião Leste 1 eleito

Reinaldo Martinez Ruiz

Macrorregião Leste 2 eleito

Valter de Almeida Costa

Macrorregião Sul 1 eleito

Gerson Gomez

Macrorregião Sul 1 eleito

Edson Gonçalves Pelagalo Oliveira Silva

Macrorregião Sul 2 eleito

Guilherme Frontini

Macrorregião Norte 1 indicado

Paulo de Almeida

Macrorregião Norte 2 indicado

José Augusto Darcie

Macrorregião Oeste indicado

Sibylle Blohm

Macrorregião Centro indicado
Macrorregião Leste 1 indicado
Macrorregião Leste 2 indicado
Macrorregião Sul 2 indicado

Tereza Espósito Ferreira de Souza
Angela Maria Calabria
Izaltino Augusto do Nascimento
Carlos Mitsuro Habe

APEOP
A.M.A. Pacaembu, Perdizes e Higienópolis
A.M.A. Pacaembu, Perdizes e Higienópolis
Soc. Morad. Amigos Jd Lusitânia
Assoc. Comun. Mãos Fortes
Instituto Paulo Freire
FAU USP
Mackenzie
SINAENCO
ASBEA
POLIS
Movimento Defesa São Paulo

Antônio Luiz Polverini
Beatriz Costa Tsukamoto
Pedro Ernesto Francisco Py
Sérgio Saad
José Roberto Moreira de Carvalho
Andréia Carvalho Estrella
Marta Dora Grostein
João Sette Whitaker Ferreira
João Antônio Del Nero
José Eduardo Tibiriçá
Nelson Saule Júnior
Luís Carlos Costa

SGM
SEMPLA
SEMPLA
SNJ
SEHAB
SMT
SIURB
SF
SVMA
SMC
EMURB
EMURB
COHAB

Luiz César Bettarello de Almeida Campos
Nilza Maria Toledo Antenor
Domingos Theodoro de Azevedo Netto
Rosilene Maria de Toledo Marciano
Hussain Aref Saab
Sérgio Rubens G. Rodrigues
Valéria Soares Lindemberg de Campos
José Antonio Docampo
Maria Augusta Ferreira Antunes
Eduardo Alberto Cusce Nobre
Marco Aurélio Nicolau Costa
Vera Lúcia Lauze Meringolo
Edsom Ortega Marques